



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 16 de julho de 2025

N.º 16/2025

Aos dezasseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU).

A senhora Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do senhor Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

A senhora Vereadora Maria de Jesus Rosinha Henriques (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 10.

Faltou com justificação o senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 452/2025 – Proposta n.º 04/2025 – GADSEA – Renovação da Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à versão avançada da Plataforma ODSLocal**

 
1 / 25

2. **Deliberação n.º 453/2025 – Proposta n.º 128/2025 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
3. **Deliberação n.º 454/2025 – Proposta n.º 129/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 9868, fração V da Freguesia de S. Sebastião**
4. **Deliberação n.º 455/2025 – Proposta n.º 130/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, Turcopol, quanto ao prédio sito na Rua António Carvalho Serra, n.º 5, 1.º A, fração E, lote 3 na Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
5. **Deliberação n.º 456/2025 – Proposta n.º 131/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, Bairro 1.º de Maio/Camarinha, quanto ao prédio sito na Alameda dos Alamos, n.ºs 31, 33, lote 14 na Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
6. **Deliberação n.º 457/2025 – Proposta n.º 132/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua António Carvalho Serra, n.º. 5, lote 3, fração G, 1.º C, Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
7. **Deliberação n.º 458/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – 2024 - Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas**
8. **Deliberação n.º 459/2025 – Proposta n.º 22/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração com Vitória Futebol Clube para cedência de espaços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico 2025/26**
9. **Deliberação n.º 460/2025 – Proposta n.º 28/2025 – DOM – CP 15/2025/DOM – Empreitada “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e caminho de ferro – 2.ª fase”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 15A/2025/DOM – Empreitada “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e caminho de ferro – 2.ª fase”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**
10. **Deliberação n.º 461/2025 – Proposta n.º 29/2025 – DOM – CP 31/2024/DOM – Empreitada “Reabilitação da Casa Luísa Todi”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 31/2025/DOM – Empreitada “Reabilitação da Casa Luísa Todi”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**
11. **Deliberação n.º 462/2025 – Proposta n.º 30/2025 – DOM – CP 13/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço público – Interior do quarteirão definido pela Av. Infante D. Henrique e Ruas Dr. António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 13A/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço público – Interior do quarteirão definido pela Av. Infante D. Henrique e Ruas Dr. António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**
12. **Deliberação n.º 463/2025 – Proposta n.º 31/2025 – DOM – CP 17/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 17A/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**
13. **Deliberação n.º 464/2025 – Proposta n.º 96/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

14. **Deliberação n.º 465/2025 – Proposta n.º 97/2025 – DCDJ/DICUL – Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) - Parecer para reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública**
 15. **Deliberação n.º 466/2025 – Proposta n.º 98/2025 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2025**
 16. **Deliberação n.º 467/2025 – Proposta n.º 99/2025 – DCDJ/DIDES – Grupo Desportivo “Os Amarelos”- Apoio financeiro**
 17. **Deliberação n.º 468/2025 – Proposta n.º 100/2025 – DCDJ/DIDES – Centro Ciclista Azeitonense - Apoio financeiro**
 18. **Deliberação n.º 469/2025 – Proposta n.º 101/2025 – DCDJ/DIDES – Centro Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas - Apoio financeiro - Ratificação**
 19. **Deliberação n.º 470/2025 – Proposta n.º 102/2025 – DCDJ/DIDES – Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo – Matriz de apoio financeiro 2025**
 20. **Deliberação n.º 471/2025 – Proposta n.º 103/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Rítmus Bounce/Academia de Dança - Apoio financeiro**
 21. **Deliberação n.º 472/2025 – Proposta n.º 104/2025 – DCDJ/DIDES – Scalipus Clube de Setúbal – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**
 22. **Deliberação n.º 473/2025 – Proposta n.º 105/2025 – DCDJ/DIDES – Volei Clube de Setúbal 1990 – Apoio financeiro - Ratificação**
 23. **Deliberação n.º 474/2025 – Proposta n.º 116/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Freguesia do Sado**
 24. **Deliberação n.º 475/2025 – Proposta n.º 117/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Freguesia de S. Sebastião**
 25. **Deliberação n.º 476/2025 – Proposta n.º 118/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Freguesia de S. Sebastião**
 26. **Deliberação n.º 477/2025 – Proposta n.º 119/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Freguesia de S. Sebastião**
 27. **Deliberação n.º 478/2025 – Proposta n.º 120/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – União das Freguesias de Azeitão**
 28. **Deliberação n.º 479/2025 – Proposta n.º 121/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo– União das Freguesias de Azeitão**
 29. **Deliberação n.º 480/2025 – Proposta n.º 122/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Alteração de topónimo – União de Freguesias de Setúbal**
 30. **Deliberação n.º 481/2025 – Proposta n.º 123/2025 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de construção de edifício para comércio retalhista. Processo n.º 244/24**
 31. **Deliberação n.º 482/2025 – Proposta n.º 124/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão de licença – Obras de alteração e ampliação. Processo n.º 73/24**
 32. **Deliberação n.º 483/2025 – Proposta n.º 125/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura e Concessão de Licença – Obras de Alteração. Processo n.º 13/25**
 33. **Deliberação n.º 484/2025 – Proposta n.º 126/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito. Processo n.º 108/23**
 34. **Deliberação n.º 485/2025 – Proposta n.º 2/2025 – GAVPSD – Programa de Coabituação – “CoHabitar Setúbal”**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 13;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Interveio, referindo que, para além dos golfinhos do Sado, Setúbal contava agora com mais uma “*atração*”: os javalis no centro urbano. Observou que estes já não se limitavam às praias, sendo avistados em locais como o Jardim da Beira-Mar, a Avenida Luísa Todi, o Parque Urbano de Albarquel e até junto ao Convento de Jesus, comportamento que associou à procura de alimento.

Assinalou que as autoridades têm vindo a alertar para a necessidade de precaução, por se tratar de animais selvagens, com comportamentos potencialmente imprevisíveis, sobretudo quando se sentem ameaçados ou se encontram com crias.

Face ao aumento da frequência de javalis em zonas do centro urbano, reconheceu o reforço das campanhas de sensibilização promovidas pela Câmara Municipal e pelo ICNF, nomeadamente no sentido de aconselhar os cidadãos a não alimentarem os animais, a não se aproximarem, a evitarem movimentos bruscos e a reportarem os avistamentos às autoridades competentes. Solicitou, ainda assim, um ponto de situação quanto às medidas que têm vindo a ser equacionadas para lidar com esta problemática.

Alertou, por fim, para o facto de os javalis não revelarem receio face à presença humana, o que poderá dar origem a acidentes, sublinhando também o risco de transmissão de doenças por se tratar de animais selvagens. Nesse sentido, considerou essencial a implementação de medidas de controlo populacional e de ações preventivas que evitem a proliferação deste tipo de situações.

Sra. Vereadora Maria Henriques – Interveio para colocar uma questão ao Senhor Presidente, reconhecendo, contudo, que o assunto — respeitante a Azeitão — já havia sido anteriormente abordado pelo próprio.

Referiu-se concretamente à Rua de São Gonçalo, por onde circulava com frequência, assinalando que se encontravam em curso, naquela zona, obras de construção de novas habitações. Destacou que a situação representava um elevado perigo para a população, dado que a via não dispunha de passeios, sendo comum ver-se a circulação de peões, muitas vezes de forma displicente, o que acarretava riscos significativos e podia dar origem a situações de gravidade.

Acrescentou que, embora tivesse conhecimento de que a requalificação daquela via estaria contemplada no Plano Diretor Municipal, as intervenções necessárias ainda não tinham sido concretizadas. Por esse motivo, entendeu renovar o alerta, sublinhando tratar-se de uma situação de grande perigosidade.

Sr. Presidente – Referiu que a Rua de São Gonçalo era uma via muito extensa, tendo questionado qual a zona concreta a que se referia.

Sra. Vereadora Maria Henriques – Disse que era entre a Rua da Escola até ao Café Star.

Sr. Presidente – Questionou se estava a decorrer uma urbanização nessa zona.

Sra. Vereadora Maria Henriques – Esclareceu que a zona a que se referia correspondia, sobretudo, ao troço da Rua de São Gonçalo situado entre o cruzamento com a Rua da Padaria e o Café Star, onde estavam a ser construídas novas habitações, considerando tratar-se da zona mais perigosa.

Sr. Presidente – Agradeceu a informação.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha duas questões a colocar. A primeira dizia respeito a um requerimento apresentado há já alguns meses, relativamente ao plano de ação do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo de Setúbal, para o presente ano. Referiu que continuavam a aguardar a respetiva resposta, reiterando a importância da obtenção dessa informação.

Quanto à segunda questão, e na sequência da reunião de Câmara anterior, realizada no início do mês, questionou se já tinha sido efetuada a notificação à concessionária DATAREDE e se, eventualmente, já teria sido recebida alguma resposta. Reconheceu que talvez ainda não tivessem decorrido os 15 dias úteis previstos, mas manifestou interesse em saber o ponto de situação desse processo, sublinhando tratar-se de um dos temas estruturantes do mandato.

Sra. Vice-Presidente – Abordou a questão dos javalis e das suas incursões em áreas urbanas, que, nos tempos mais recentes, se vinham tornando mais frequentes. Observou que, embora estas situações não fossem propriamente novas, uma vez que ao longo dos anos já se haviam registado ocorrências — especialmente durante o período estival —, no corrente ano a presença de javalis estava a ser sentida em locais onde anteriormente não havia registo.

Indicou que, habitualmente, os avistamentos se limitavam ao Parque Urbano de Albarquel, à Praia da Saúde e ao início da Avenida Luísa Todi. Contudo, naquele ano, confirmava-se uma maior frequência na própria Avenida Luísa Todi e já tinham sido reportadas presenças no Jardim do Convento (em frente ao Convento de Jesus), no Jardim do Bonfim e, naquele mesmo dia, também recebera um relato relativo à zona de Vanicelos.

Atribuiu essa presença em espaços verdes à procura de alimento, designadamente minhocas e larvas, uma vez que os javalis têm por hábito esgravatar o solo em busca desse tipo de sustento.

Informou que, na semana anterior, haviam sido colocadas questões ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), motivadas por preocupações relacionadas com determinadas condições, nomeadamente ao nível da segurança rodoviária, uma vez que a presença de javalis poderia representar um risco na via pública e nas estradas. Indicou que aguardavam, ainda, resposta por parte daquele serviço.

Acrescentou que, paralelamente, tinham sido estabelecidos contactos com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), através de articulação entre os técnicos da Câmara Municipal e os técnicos locais do Instituto. Segundo as informações recebidas, confirmava-se a existência de um problema de sobrepopulação de javalis, aliado à ausência de medidas de controlo populacional da espécie.

Referiu, por fim, que havia sido preparado um ofício dirigido ao Senhor Presidente do ICNF, no qual se questionava qual o plano existente, a nível nacional, para a identificação e gestão daquela espécie, tendo em conta que o Parque Natural da Arrábida era identificado como uma das zonas com maior sobrepopulação de javalis. Assinalou que, sendo do conhecimento geral a existência de estudos e de um plano estratégico sobre a matéria, pretendiam saber quais as medidas normalmente previstas pelo ICNF e que ações concretas estavam a ser

consideradas para dar resposta à situação atual, especialmente face ao aumento da frequência dos avistamentos.

Acrescentou que, no referido ofício, era igualmente proposta a definição do modelo de coordenação entre a Câmara Municipal e as forças de segurança, considerando que o SEPNA detinha também responsabilidades nesta matéria. Pretendia-se, nesse âmbito, perceber de que forma poderia ser feito o planeamento conjunto das intervenções.

Sublinhou ainda a importância de retomar as ações de sensibilização previstas no plano de 2018, as quais, entre 2018 e 2019, tinham levado a Câmara Municipal a implementar diversas medidas, sobretudo nas praias e noutros locais onde se verificava uma maior permanência de javalis.

Concluiu informando que, assim que fossem recebidas indicações por parte das entidades competentes, as mesmas seriam partilhadas com os membros da Câmara. De qualquer modo, referiu que a recomendação do ICNF era no sentido de se evitar qualquer contacto ou aproximação com os animais, cujo comportamento poderia revelar-se imprevisível, especialmente no período pós-reprodução e sempre que envolvesse crias. Alertava-se, por isso, para a necessidade de as pessoas se afastarem, não alimentarem os javalis e não tentarem interagir, uma vez que não era possível prever a reação dos mesmos.

Sr. Presidente – Agradeceu a informação prestada pela Sra. Vereadora Maria Henriques relativamente à situação na Rua de São Gonçalo, considerando que a mesma permitiria que os serviços de fiscalização pudessem avaliar devidamente o caso.

No que respeita ao requerimento sobre o Plano de Ação para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, referiu não ter conhecimento prévio dessa solicitação, mas informou que os serviços tinham sido, entretanto, alertados para a existência do requerimento. Admitiu que existiria um prazo legal para resposta e manifestou a expectativa de que esta viesse a ser prestada com brevidade.

Relativamente à empresa DATAREDE, esclareceu que ainda se encontrava a decorrer o prazo de 15 dias úteis estabelecido pela Câmara Municipal para apresentação de resposta, nos termos legais. Indicou que, até aquele momento, não havia qualquer registo de iniciativa por parte da empresa, mas sublinhou que estavam certos de que todos os procedimentos legais seriam cumpridos, tanto pela Câmara Municipal como pela própria concessionária, no âmbito das respetivas responsabilidades.

Sobre a questão dos javalis, observou que existia uma tendência generalizada para se atribuir à Câmara Municipal a responsabilidade por todos os acontecimentos, mesmo quando tal responsabilidade não competia à autarquia. Reforçou que os javalis não tinham culpa, tratando-se de animais com instintos próprios, que procuravam naturalmente alimento e melhores condições de vida e de sobrevivência, cabendo a outras entidades a responsabilidade direta sobre esta matéria.

Esclareceu que os javalis habitavam a área do Parque Natural da Arrábida, sendo que, desde logo, a entidade gestora daquele parque — o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) — detinha competências quanto ao controlo da espécie. Indicou não pretender aprofundar a discussão naquele momento, mas salientou que a situação não era nova, repetindo-se ao longo dos anos, e que, no corrente ano, se havia agravado, provavelmente devido à ausência de um controlo adequado da população de javalis.

Alertou, por fim, para os riscos associados à saúde pública e à segurança das pessoas, admitindo mesmo a possibilidade de ataques a cidadãos menos prevenidos, dado tratar-se de animais selvagens.

Reiterou que, para além da entidade gestora do Parque Natural da Arrábida, existiam outras entidades com competências na área, nomeadamente nos domínios da veterinária, da saúde animal e da saúde pública, todas com responsabilidades no processo de gestão da população de javalis. Referiu que, conforme já havia sido mencionado pela Senhora Vice-Presidente, a Câmara Municipal já tinha comunicado e formalizado as ocorrências, tal como é prática habitual.



6/25

Acrescentou que os casos vinham sendo amplamente divulgados, pelo que essas entidades não poderiam alegar desconhecimento da realidade.

Rejeitou a ideia de se atribuir a culpa aos javalis ou à Câmara Municipal, frisando que a questão era de carácter sério. Embora até ao momento não tivessem ocorrido incidentes graves relacionados com a saúde ou segurança das pessoas, existia o risco de que situações mais complexas viessem a ocorrer.

Salientou ainda que não se tratava de algo "curioso" ou "engraçado", como o facto de javalis tomarem banho na praia ou revirarem sacos de lixo à procura de comida, mas sim de um problema grave que requer atenção e intervenção adequadas.

Por esse motivo, fez um apelo às entidades competentes para que adotassem medidas urgentes, visando evitar a continuidade da situação e prevenir consequências mais graves. Assinalou que, até ao momento, os principais prejuízos tinham incidido sobre os espaços verdes, os quais vinham sofrendo danos que exigiam ações corretivas por parte dos trabalhadores municipais.

Agradeceu, igualmente, à Senhora Vereadora Patrícia Paz pela questão colocada, considerando-a de grande importância. Reforçou que, enquanto entidade pública e responsável, era fundamental "chamar as coisas pelos nomes", como se costuma dizer.

Sra. Vereadora Maria Henriques – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 18.

"Saudação

Associação de Aikido do Sul

A Associação de Aikido do Sul comemora 33 anos de existência, a 16 de julho, assinalando mais de três décadas de dedicação à promoção desta arte marcial no concelho de Setúbal e na região envolvente. Desde a sua fundação, em 1991, a associação tem sido um importante agente na divulgação e valorização do aikido, arte que conjuga disciplina, equilíbrio e respeito pelo outro.

Ao longo dos anos, a Associação de Aikido do Sul tem desempenhado um papel relevante na formação de atletas e praticantes, transmitindo princípios fundamentais de desenvolvimento pessoal e coletivo. A prática da modalidade, com a sua vertente educativa e filosófica, contribui de forma notável para a construção de uma cidadania ativa e responsável.

O trabalho consistente levado a cabo por instrutores, dirigentes e associados tem permitido consolidar a presença da modalidade no panorama desportivo local, criando condições para o seu crescimento sustentado e para o envolvimento de várias gerações na prática regular e estruturada desta arte.

Os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam a Associação de Aikido do Sul pelo seu 33.º aniversário, reconhecendo o seu percurso e o valioso contributo que tem dado à comunidade setubalense. Que prossigam com o mesmo compromisso e espírito de missão na difusão dos valores do desporto, da disciplina e do respeito".

"Saudação

Associação de Socorros Mútuos Setubalense

No passado dia 15 de julho, a Associação de Socorros Mútuos Setubalense assinalou 137 anos de história e de serviço à comunidade, reafirmando a importância do movimento mutualista na proteção social e na promoção do bem-estar coletivo. Fundada em 1888, esta instituição centenária tem desempenhado um papel notável no apoio aos seus associados, com especial destaque para a prestação de cuidados de saúde acessíveis e de qualidade.

Ao longo de quase século e meio de atividade, a Associação soube adaptar-se às exigências dos tempos, respondendo com inovação, competência e sentido de missão às necessidades das populações. A sua atuação continua a pautar-se por um forte sentido de responsabilidade social, contribuindo para a coesão comunitária e para a dignificação das respostas sociais no concelho de Setúbal.

Com uma oferta diversificada de serviços nas áreas da saúde, apoio social e formação, a Associação de Socorros Mútuos Setubalense é hoje uma referência local, promovendo valores como a solidariedade, a partilha e o compromisso com a dignidade de cada pessoa. Os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam a Associação de Socorros Mútuos Setubalense pelo seu 137.º aniversário, reconhecendo o percurso de excelência que tem vindo a construir. Que prossigam com a mesma dedicação e espírito de serviço, em benefício da comunidade e da justiça social”.

“Saudação

União Desportiva e Recreativa das Pontes

No passado dia 15 de julho, a União Desportiva e Recreativa das Pontes comemorou o seu 50.º aniversário, celebrando meio século de dedicação ao associativismo, ao desporto e à cultura no concelho de Setúbal. Desde a sua fundação, em 1975, esta coletividade tem desempenhado um papel de grande relevo na vida comunitária local, tornando-se um espaço de partilha, inclusão e crescimento.

Ao longo dos anos, a União Desportiva e Recreativa das Pontes tem promovido a participação ativa da população em diversas iniciativas culturais e desportivas, afirmando-se como um agente dinamizador da freguesia e da cidade. O seu percurso é marcado por momentos de grande envolvimento comunitário, como a recente vitória no concurso das Marchas Populares de Setúbal, que evidencia a dedicação, criatividade e espírito coletivo dos seus membros.

Neste marco simbólico, sublinha-se a importância do trabalho contínuo desenvolvido pela coletividade em prol do bem-estar da comunidade, com especial enfoque na formação dos mais jovens e na promoção de valores como o companheirismo, o respeito e o espírito de equipa.

Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam a União Desportiva e Recreativa das Pontes, os seus órgãos sociais, associados e colaboradores, pelo 50.º aniversário e pelo percurso notável que têm vindo a construir. Que o futuro continue a ser pautado pela mesma energia, empenho e compromisso que têm distinguido esta instituição no seio da comunidade setubalense”.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20.

“Saudação

Aniversário da União Desportiva e Recreativa das Pontes

Fundada em 1975, a União Desportiva e Recreativa das Pontes celebrou o seu 50.º aniversário no dia 15 de julho.

Esta coletividade, com raízes na Freguesia de Gâmbia - Pontes - Alto da Guerra, tem desempenhado um papel fundamental na promoção de iniciativas de carácter desportivo, cultural e recreativo a nível local.

A União tem contribuído significativamente para a dinamização do território, oferecendo às populações um leque alargado de atividades, desde a dança ao futebol, às Marchas Populares e às noites de fado, bem como um espaço de partilha e convívio, onde os laços comunitários são construídos e fortalecidos.

Entidades como esta assumem uma função imprescindível para o desenvolvimento dos territórios a nível local, promovendo a prática desportiva e a adoção de estilos de vida mais saudáveis, fomentando a criação artística, preservando tradições e incentivando a participação cívica.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Desportiva e Recreativa das Pontes, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.

Transmitem ainda o seu reconhecimento pelos importantes contributos do movimento associativo, enquanto parceiro essencial do poder local para a construção de uma sociedade mais coesa, solidária e participativa”.

“Saudação

Aniversário da Associação de Socorros Mútuos Setubalense

A Associação de Socorros Mútuos Setubalense celebrou o seu 137.º aniversário no dia 15 de julho.

Celebrou, junto dos seus associados e da comunidade setubalense, 137 anos de história, dedicação e empenho, fruto de um trabalho desenvolvido em prol da população, do seu bem-estar e qualidade de vida.

Fundada em 1888 por carpinteiros, pedreiros, pintores, pescadores e outros trabalhadores, com o objetivo de prestar apoio na doença e no funeral, tem procurado acompanhar a evolução das necessidades sentidas pela comunidade, complementando e colmatando as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e das entidades privadas com fins lucrativos.

Assim, trabalhando lado a lado com o cidadão e suas famílias, tem vindo a desenvolver e a criar mais e melhores respostas sociais, como o Centro de Dia (1996), o Serviço de Apoio Domiciliário (1997), a Loja Amiga (2010) e a Cantina Social (2011). Presta também diversos serviços de carácter clínico e social.

Para além destas, a Associação promove ainda diversas iniciativas, parcerias e acordos com outras entidades do concelho, em áreas como a saúde, desporto e cultura.

De forma a reforçar o seu apoio às famílias setubalenses, candidatou-se, em 2024, ao Plano de Recuperação e Resiliência, com vista à criação de uma creche com 46 vagas, composta por berçário, uma sala para crianças dos 1 aos 2 anos e uma sala para crianças dos 2 aos 3 anos.

Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido por esta entidade, bem como a relevância da sua nobre missão, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Socorros Mútuos Setubalense, órgãos sociais, associados e trabalhadores por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que, em nome do Partido Socialista, aquelas instituições representavam bem a vitalidade e a força do concelho, destacando a sua atuação nas áreas desportiva e cultural, assim como no âmbito da solidariedade social e na promoção dos valores de Abril.

Sra. Vice-Presidente – Apresentou o seguinte voto de louvor, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21.

“Voto de Louvor

É com um profundo sentido de gratidão e reconhecimento que, nesta sessão de câmara, prestamos pública homenagem a quatro personalidades que, ao longo dos últimos anos, desempenharam com dedicação exemplar o cargo de diretores de escola ou de agrupamento no nosso concelho: o Professor António Baptista, no Agrupamento de Escolas Luísa Todí, a Professora Dina Fernandes, no Agrupamento de Escolas Lima de Freitas, a Professora Maria Clara Félix, no Agrupamento de Escolas de Azeitão e o Professor Ramiro Sousa, na Escola Secundária D. João II.

A missão de dirigir uma escola ou agrupamento é exigente, complexa e muitas vezes invisível. Requer firmeza, empatia, visão estratégica e uma entrega constante ao serviço da comunidade educativa. Cada um destes senhores e senhoras diretores que hoje aqui homenageamos cumpriu essa missão com elevado sentido de responsabilidade e de serviço público.

Durante os seus mandatos, enfrentaram vários desafios, mas também construíram caminhos. Promoveram a qualidade da educação, incentivaram o sucesso dos alunos, valorizaram os profissionais e estreitaram a relação da escola com o território e a comunidade. Fizeram das escolas lugares de pertença, de desenvolvimento e de oportunidade.

O município reconhece, com estima e respeito, o contributo inestimável para a qualidade da educação no nosso concelho. O trabalho que realizaram não se limita aos muros da escola — ele projeta-se nas vidas dos alunos, no bem-estar das famílias, no desenvolvimento local e na coesão da nossa comunidade. Apesar de cessarem funções, não cessam o legado que deixam. Um legado de compromisso, de integridade e de dedicação à causa pública.

As escolas que lideraram foram mais do que espaços físicos, foram terrenos de esperança, onde cada aluno pôde encontrar voz, lugar e sonho. Levaram consigo o cansaço das grandes responsabilidades, mas também a certeza de quem sabe que ajudou o mundo a ser um lugar melhor, aluno a aluno, dia após dia.

Em nome da Câmara Municipal e em nome de toda a comunidade educativa, deixamos o nosso mais sincero agradecimento e louvor. Que esta nova etapa que se inicia seja também gratificante, e que a vossa ligação à educação e à comunidade continue viva e ativa”.

Sr. Vereador Joel Marques – Manifestou a sua concordância com o voto de louvor dirigido ao professor António Baptista, à professora Dina Fernandes, à professora Maria Clara Félix e ao professor Ramiro Sousa, estendendo este reconhecimento a todos aqueles que, ao longo dos anos, os acompanharam nos seus conselhos diretivos e na direção dos respetivos agrupamentos escolares. Acrescentou ainda que dirigia igualmente esse louvor a todos os que, ao longo dos anos, integraram os conselhos gerais — quer na presidência, quer com a sua participação ativa — e que, com o seu contributo, permitiram que o trabalho desenvolvido por aqueles agrupamentos escolares, bem como por toda a comunidade educativa, produzisse efetivamente frutos.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 452/2025 – Proposta n.º 04/2025 – GADSEA – Renovação da Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à versão avançada da Plataforma ODSLocal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 453/2025 – Proposta n.º 128/2025 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 3 do PS e 2 do PPD/PSD.

3. Deliberação n.º 454/2025 – Proposta n.º 129/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 9868, fração V da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 455/2025 – Proposta n.º 130/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, Turcopol, quanto ao prédio sito na Rua António Carvalho Serra, n.º 5, 1.º A, fração E, lote 3 na Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 456/2025 – Proposta n.º 131/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, Bairro 1.º de Maio/Camarinha, quanto ao prédio sito na Alameda dos Alamos, n.ºs 31, 33, lote 14 na Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 457/2025 – Proposta n.º 132/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua António Carvalho Serra, n.º. 5, lote 3, fração G, 1.º C, Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 458/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – 2024 - Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, conforme previsto na lei, os departamentos foram avaliados ao abrigo do SIADAP 1, por cada um dos Vereadores e pelo Senhor Presidente, no que respeita às suas respetivas áreas de responsabilidade. Referiu que essas avaliações careciam de ratificação pelo órgão executivo, pelo que propunha a ratificação do desempenho classificado como “Bom” para todos os departamentos da Câmara Municipal, incluindo a Direção Municipal e a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 459/2025 – Proposta n.º 22/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração com Vitória Futebol Clube para cedência de espaços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico 2025/26

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34.

Sra. Vice-Presidente – Disse que apresentavam a proposta de celebração do protocolo em causa, que visava, na prática, permitir a utilização de alguns espaços do Vitória Futebol Clube no início do ano letivo, até à entrada em funcionamento do Centro Escolar Barbosa du Bocage. Explicou que, devido ao aumento do número de alunos no Agrupamento Barbosa du Bocage e à necessidade de criação de uma unidade de ensino estruturado naquela escola, situada em Santa Maria da Graça, ocorria um aumento dos regimes de horário duplo, o que implicaria que toda a escola funcionasse nesse regime.

Acrescentou que o Vitória, por se encontrar nas imediações daquela escola, manifestou disponibilidade para colaborar, pelo que se propunha o estabelecimento do referido protocolo de colaboração. Referiu ainda que se previa que essa colaboração fosse necessária apenas durante o primeiro período letivo, deixando, contudo, em aberto a possibilidade de extensão para o segundo período, dependendo da data efetiva de entrada em funcionamento do centro escolar.


Informou, por fim, que, para fazer face às despesas decorrentes da cedência dos espaços por parte do Vitória, propunham uma transferência no montante de dois mil euros, correspondente ao período de setembro a dezembro, e, caso fosse necessário, o mesmo valor para o período entre janeiro e abril.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 460/2025 – Proposta n.º 28/2025 – DOM – CP 15/2025/DOM – Empreitada “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e caminho de ferro – 2.ª fase”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 15A/2025/DOM – Empreitada “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e caminho de ferro – 2.ª fase”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

 12 / 25

10. Deliberação n.º 461/2025 – Proposta n.º 29/2025 – DOM – CP 31/2024/DOM – Empreitada “Reabilitação da Casa Luísa Todi”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 31/2025/DOM – Empreitada “Reabilitação da Casa Luísa Todi”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 462/2025 – Proposta n.º 30/2025 – DOM – CP 13/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço público – Interior do quarteirão definido pela Av. Infante D. Henrique e Ruas Dr. António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 13A/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço público – Interior do quarteirão definido pela Av. Infante D. Henrique e Ruas Dr. António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 463/2025 – Proposta n.º 31/2025 – DOM – CP 17/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras”, não adjudicação e revogação da decisão de contratar. CP 17A/2025/DOM – Empreitada “Construção de espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras”, abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 464/2025 – Proposta n.º 96/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 465/2025 – Proposta n.º 97/2025 – DCDJ/DICUL – Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) - Parecer para reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 a 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 466/2025 – Proposta n.º 98/2025 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 467/2025 – Proposta n.º 99/2025 – DCDJ/DIDES – Grupo Desportivo “Os Amarelos” - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 a 46.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, infelizmente, os apoios estatais, designadamente do Instituto Português do Desporto e da Juventude, entre outros, eram nulos e inexistentes, o que implicava que a equipa setubalense, para se fazer representar, dependia exclusivamente dos apoios do próprio clube e de apoios privados. Referiu que a equipa tinha solicitado à Câmara Municipal uma colaboração para viabilizar a sua participação no Campeonato do Mundo de Pesca Embarcada.

Alertou que, na ausência desse apoio, a representação portuguesa passaria a ser assegurada por outra equipa que se tinha classificado em segundo lugar no campeonato.

Nesse sentido, entendeu que a Câmara Municipal poderia apoiar essa deslocação com um apoio financeiro no valor de dois mil e quinhentos euros.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 468/2025 – Proposta n.º 100/2025 – DCDJ/DIDES – Centro Ciclista Azeitonense - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 469/2025 – Proposta n.º 101/2025 – DCDJ/DIDES – Centro Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas - Apoio financeiro - Ratificação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 a 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 470/2025 – Proposta n.º 102/2025 – DCDJ/DIDES – Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo – Matriz de apoio financeiro 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 471/2025 – Proposta n.º 103/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Rítmus Bounce/Academia de Dança - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 472/2025 – Proposta n.º 104/2025 – DCDJ/DIDES – Scalipus Clube de Setúbal – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 473/2025 – Proposta n.º 105/2025 – DCDJ/DIDES – Volei Clube de Setúbal 1990 – Apoio financeiro - Ratificação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 e 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 474/2025 – Proposta n.º 116/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Freguesia do Sado

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.ºs 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 475/2025 – Proposta n.º 117/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Freguesia de S. Sebastião

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 476/2025 – Proposta n.º 118/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Freguesia de S. Sebastião

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 477/2025 – Proposta n.º 119/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Freguesia de S. Sebastião

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 478/2025 – Proposta n.º 120/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – União das Freguesias de Azeitão

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



Handwritten signature and date stamp: 16 / 25

28. Deliberação n.º 479/2025 – Proposta n.º 121/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo– União das Freguesias de Azeitão

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 480/2025 – Proposta n.º 122/2025 – DURB/DIPU/GASIG – Alteração de topónimo – União de Freguesias de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 481/2025 – Proposta n.º 123/2025 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de construção de edifício para comércio retalhista. Processo n.º 244/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 482/2025 – Proposta n.º 124/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão de licença – Obras de alteração e ampliação. Processo n.º 73/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 483/2025 – Proposta n.º 125/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura e Concessão de Licença – Obras de Alteração. Processo n.º 13/25

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



Handwritten signature and stamp. The stamp contains the text "17/25".

33. Deliberação n.º 484/2025 – Proposta n.º 126/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito. Processo n.º 108/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 72 e 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 485/2025 – Proposta n.º 2/2025 – GAVPSD – Programa de Coabitação – “CoHabitar Setúbal”

O Sr. Vereador Paulo Calado apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 e 75.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que ia apresentar uma proposta intitulada "CoHabitar Setúbal", um programa de coabitação. Acrescentou que se tratava apenas do início de um processo, mas que poderia constituir uma forma de colmatar as dificuldades habitacionais existentes — que, como era do conhecimento geral, afetavam não só Setúbal, mas também todo o país — e, simultaneamente, promover um aspeto muito importante em sociedades como a nossa: a intergeracionalidade.

Referiu que essa proposta resultava de um desafio lançado à vereação pela Juventude Social Democrata, destacando essa menção por reconhecerem a necessidade de responder a um conjunto de problemas já existentes na sociedade, para os quais já havia soluções — e boas soluções —, mas que, até ao momento, ainda não estavam implementadas em Setúbal.

Sr. Presidente – Disse que considerava aquela proposta inovadora no contexto da tradição cultural local, no que se refere às iniciativas municipais, e, por isso, entendeu que os serviços deveriam proceder à sua análise e desenvolver o trabalho necessário para avaliar as condições para a sua implementação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Disse que, caso se justificasse a realização de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, propunha que esta tivesse lugar no dia 23 de julho, às 9h30. Acrescentou que seriam apenas três ou quatro propostas a deliberar, mas que apresentavam caráter de urgência.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Ema – Disse que vivia em Setúbal há seis anos, residindo com a mãe e o irmão. Informou que, entretanto, a mãe deixou de conseguir pagar a renda da casa e emigrou.

Referiu que, ao longo de dois anos, apresentou seis vezes documentos na Câmara Municipal para candidatura a uma habitação do tipo T1. Informou ainda que sofre de três doenças crónicas, mas encontra-se medicada e estável.

Acrescentou que tem sido vítima de maus-tratos psicológicos por parte de um ex-namorado, de etnia cigana, com quem continua a conviver na mesma casa, embora já não estejam juntos, e que, desde há um ano, a situação se agravou tanto em relação ao ex-namorado como aos seus familiares.

Relatou que teve uma reunião com a Dra. Sara e a Dra. Patrícia e que, como a casa do ex-namorado também pertence à Câmara Municipal, foi-lhe permitido permanecer naquela habitação, embora com o estatuto de sem-abrigo.

Disse que, naquele momento, encontrava-se inscrita na habitação municipal, ocupando a posição número 246, com uma pontuação de 2,5. Informou que a sua mãe não podia regressar a Portugal e que tinha um filho de 12 anos, com quem, infelizmente, não podia viver devido à falta de habitação, encontrando-se, por isso, em situação de sem-abrigo.

Sr. Presidente – Disse que tinha conhecimento de que a senhora Ema se encontrava inscrita na lista de habitação municipal e da sua respetiva classificação, esclarecendo que a lista de espera é organizada com base em critérios de prioridade.

Sra. Ema – Acrescentou que possuía um atestado de incapacidade de 60%, mas que, até ao momento, essa condição não tinha sido considerada para efeitos de prioridade.

Sr. Presidente – Disse que, certamente, a senhora Ema já teria sido informada de que, naquele momento, não havia habitações disponíveis. Agradeceu a sua presença na reunião de Câmara e informou que tinha o seu contacto. Acrescentou que, no dia seguinte, um técnico da autarquia entraria em contacto com ela para analisar a sua situação, considerando alguns critérios que poderiam ajudar a melhorar a sua posição na lista de habitação.

Sra. Ema – Disse que não podia recorrer a quartos ou casas de acolhimento, pois não tinha condições para esse tipo de solução e não se enquadrava nesse perfil. Afirmou que necessitava, efetivamente, de uma habitação. Informou que possuía rendimentos, recebendo uma prestação social de inclusão que lhe permitiria suportar o pagamento de uma casa com renda acessível. Concluiu dizendo que aguardaria o contacto telefónico.

Sr. Presidente – Disse que, no dia seguinte, alguém da Câmara Municipal entraria em contacto com ela, devidamente identificado, para proceder à avaliação da sua situação, reforçando que, no âmbito daquela reunião, não seria possível avançar para além desse passo.

Sra. Lucília – Disse que se encontrava presente para solicitar ajuda. Informou que estava inscrita na lista de habitação municipal desde os 18 anos e que a sua situação era difícil, pois residia há 16 anos numa casa arrendada a senhorios privados, cujo imóvel, entretanto, os herdeiros pretendiam retomar.

Referiu que, em fevereiro, contactou a Câmara Municipal para informar ter recebido uma ordem de despejo com data marcada para 19 de agosto, solicitando que lhe fosse encontrada uma solução, considerando que tinha três filhos menores, um deles com um problema de saúde grave e 90% de incapacidade.

Disse ter tentado falar com o senhor Vereador, sem sucesso, e que tentou agendar uma reunião com a Dra. Sara, que lhe informou que só poderia ser marcada quando fosse oportuno. Acrescentou que a sua pontuação na lista de habitação era de 6,0, e que lhe tinham comunicado a inexistência de casas disponíveis nos dois anos seguintes.

Apelou para que não fosse deixada na rua com os três filhos e pediu que lhe fosse atribuída uma habitação — mesmo que provisória, como um contentor ou outra solução — desde que não ficasse sem teto juntamente com as crianças.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença da senhora Lucília, referindo que, naquele momento, não dispunham das condições necessárias para resolver a situação, e que o senhor Vereador se encontrava de férias. Acrescentou que tinha o seu número de telemóvel e que, no dia seguinte, um técnico da Câmara Municipal a contactaria para proceder a uma avaliação mais detalhada da sua situação. Informou que, no presente momento, a Câmara Municipal não dispunha de habitações disponíveis para atribuição. Reconheceu tratar-se de uma situação

muito difícil, mas salientou que era precisamente em momentos de dificuldade que a autarquia trabalha, comprometendo-se a analisar o que poderia ser feito.

Sra. Lucília – Informou que necessitava urgentemente de uma solução, uma vez que no dia 19 de agosto ficaria sem teto, acompanhada por três crianças.

Sra. Ana – Disse que possuía uma propriedade nas Escadinhas das Barrocas, onde, ao subir as escadinhas, do lado direito situavam-se as escadas de acesso à sua propriedade e, do lado esquerdo, os canos de esgoto estavam todos abertos, expostos na via pública. Relatou que recebia muitas queixas dos seus inquilinos, considerando aquela situação um atentado à saúde pública. Acrescentou que afece uma reforma pequena, necessitando do rendimento proveniente das rendas, e que cumpre com o pagamento dos impostos, defendendo o direito dos seus inquilinos a residir naquele local com estabilidade.

Referiu enfrentar diversos problemas, tendo já contactado a Câmara Municipal anteriormente devido aos incêndios recorrentes na zona. Informou que a Proteção Civil chegou a realizar uma visita ao local e que apresentou reclamação junto à fiscalização, sem que até ao momento tivesse sido tomada qualquer providência.

Afirmou que a situação na área das Fontainhas permanece degradada, causando instabilidade aos seus inquilinos, e que o cheiro insuportável e os esgotos a céu aberto reclamam urgente intervenção. Solicitou que o senhor Presidente averiguasse as condições daquela zona, expressando a expectativa de que a problemática venha a ser finalmente solucionada.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença da senhora Ana e perguntou se a situação dos canos de esgoto abertos e expostos na via pública nas Escadinhas das Barrocas já se encontrava assim há muito tempo ou se era um problema mais recente.

Sra. Ana – Informou que a situação dos canos de esgoto abertos e expostos nas Escadinhas das Barrocas se mantinha assim há muitos anos, mas que, recentemente, tinha agravado. Acrescentou que o cheiro era insuportável.

Sr. Presidente – Comprometeu-se a solicitar aos serviços competentes que efetuassem uma verificação da situação nas Escadinhas das Barrocas. Informou que tinha o contacto telefónico da senhora Ana e que, quando os técnicos fossem ao local, a iriam contactar para que pudesse acompanhar a visita.

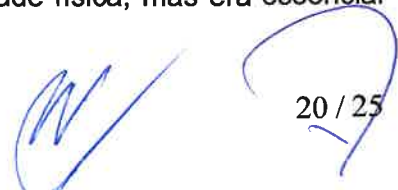
Sra. Ana – Comentou, com alguma reserva, que ficaria à espera.

Sr. Presidente – Esclareceu que isso iria acontecer, mas não podia garantir que seria no dia seguinte, pois os técnicos tinham o seu programa de trabalho. Acrescentou que, quando terminassem essas tarefas, iriam ligar para a senhora Ana, fazer a avaliação, identificar o problema e decidir quais medidas tomar para resolvê-lo.

Sra. Ana – Comentou que já fazia anos que se queixava e manifestou a esperança de que, desta vez, tudo fosse resolvido.

Sr. Presidente – Alertou que não se tratava de uma questão que pudesse ser resolvida no dia seguinte.

Sr. Alexandre – Mencionou a importância das associações desportivas e do desporto escolar, destacando-se que este último não se limitava à atividade física, mas era essencial para o ensino e formação.



Handwritten signature in blue ink and the page number 20 / 25.

Relatou ainda que, antes da pandemia da Covid-19, a sua família visitou Setúbal e, posteriormente, um amigo os convidou a conhecer um imóvel em ruínas nas Escadinhas das Barrocas, em frente ao Ferryboat. Após avaliação, o imóvel foi adquirido em nome dos filhos, que atualmente são maiores de idade e assumem a responsabilidade financeira pelas obras de reabilitação.

No entanto, referiu que a pandemia da Covid-19 impossibilitou o início dos trabalhos de recuperação no imóvel. Terminada a fase crítica da pandemia, começaram a ocorrer fogos repentinos e recorrentes, em plena luz do dia, em casas desabitadas do bairro, tendo o mesmo sucedido com o imóvel em questão, no ano de 2024.

Após o incêndio, que destruiu a cobertura do prédio e deixou as paredes em risco de colapso, tornava-se urgente agir para prevenir um perigo público iminente para pessoas e bens. Assim, iniciaram-se as obras de reposição e reabilitação do imóvel, tendo sido dado conhecimento à Câmara Municipal de Setúbal dessas intervenções. No entanto, referiu que, com total surpresa, foram recentemente alvo de uma inspeção por parte do Departamento de Fiscalização, que anunciou o embargo da obra.

Acrescentou que a obra objeto do embargo, se se efetuar, estava localizada numa zona histórica urbana da cidade, severamente degradada, marcada por ocupações ilegais e, recentemente, por incêndios provocados por desconhecidos, aparentemente com o objetivo de destruir. Afirmou que essa realidade, conhecida por todos, exigia soluções — e não obstáculos.

Esclareceu que a reabilitação em causa não tinha como objetivo o lucro nem a especulação, sendo custeada com grande esforço económico por dois jovens trabalhadores-estudantes, que haviam decidido investir no seu futuro, trabalhando e estudando ao mesmo tempo que reconstruíam o que o abandono e a criminalidade tinham destruído. O objetivo dos jovens era habitar o imóvel assim que a obra estivesse concluída. Não pediam favores, mas justiça.

Considerou que o eventual prosseguimento do embargo, nas circunstâncias referidas, seria não apenas desproporcional, mas também contraproducente. Continuar a impedir aquela reconstrução significava perpetuar a degradação e a insegurança, quando havia quem estivesse disposto a transformar essa realidade com trabalho honesto e legal.

Afirmou que a cidade de Setúbal merecia políticas que incentivassem o investimento consciente e a habitação legal, e que aqueles jovens representavam exatamente isso: uma nova geração que acreditava na cidade, queria viver nela e contribuir para a sua reabilitação com dignidade, em vez de fugir do problema.

Face ao exposto, apelou à suspensão do embargo — caso este viesse a concretizar-se — e à abertura de um diálogo técnico, bem como à colaboração entre a autarquia e os cidadãos que criam ajudar a reabilitar Setúbal, começando, por exemplo, por aquela obra concreta. Concluiu que era tempo de apoiar quem constrói com os seus parcos rendimentos, dando voz à justiça, à razão e à humanidade social, em vez de penalizar quem tenta recuperar e reabilitar aquilo que já foi perdido.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do senhor Alexandre. Referiu que nem todos dispunham do seu tempo para comparecer na reunião, pelo que a Câmara valorizava e agradecia sempre que os cidadãos se dirigiam ali para apresentar os seus problemas. Disse que o senhor Alexandre tinha mencionado uma obra que estaria embargada.

Sr. Alexandre – Esclareceu que presumia que a obra estivesse embargada, pois não tinham sido formalmente notificados, mas os fiscais tinham estado presentes no local e pararam a obra, já numa fase final. Sublinhou que o imóvel já tinha sido alvo de vandalismo e de fogo posto, inclusive em pleno dia, ao meio-dia, e encontrava-se fechado na altura. Acrescentou que, naquele momento, o imóvel não estava fechado — e seria grave que estivesse novamente vulnerável —, o que o deixava exposto a novos atos de vandalismo, podendo o prejuízo ser ainda maior.

Sr. Presidente – Questionou se o senhor Alexandre conhecia as pessoas responsáveis pela realização das obras de reabilitação.

Sr. Alexandre – Respondeu que se tratava dos seus filhos.

Sr. Presidente – Informou que tinha o seu número de telemóvel e que iria solicitar à equipa de fiscalização que contactasse o senhor Alexandre para avaliar a situação.

Sr. Alexandre – Acrescentou que o seu filho apenas não se encontrava presente naquele dia porque estava a defender a sua tese de mestrado.

Sr. Presidente – Comentou que o mais importante, perante qualquer problema, era saber identificá-lo, avaliá-lo e, a partir daí, tomar decisões. Quando não se tomavam decisões, nada funcionava. Assim, a fiscalização iria contactá-lo para fazer a devida avaliação e perceber de que forma o problema poderia ser resolvido. Explicou que desconhecia os motivos concretos que teriam levado, eventualmente, ao embargo da obra.

Sr. Alexandre – Disse que, segundo sabia, a origem do problema teria sido uma queixa apresentada por um vizinho que, tendo herdado recentemente uma propriedade, alegava que o imóvel em questão — com mais de 100 anos — invadia o seu logradouro. No entanto, tal alegação era, segundo o orador, infundada, uma vez que as paredes do edifício tinham cerca de 50 centímetros de espessura, o que tornava essa possibilidade inviável.

Sr. Presidente – Reforçou que, apesar de não conhecerem as razões técnicas concretas, a equipa de fiscalização era composta por engenheiros e arquitetos com experiência. Disse a recomendação era que avaliassem a situação no local e que tomassem decisões — ou, pelo menos, que a transmitissem para que pudesse ser tomada uma decisão.

Sra. Carla – Disse que o motivo que a levava ali era a situação das obras de reestruturação do bairro da Bela Vista. Considerava que havia graves problemas relativamente à continuidade e ao acabamento das obras. Referiu que, durante todos aqueles meses, tinham estado em contacto com a Dra. Sara e com a Dra. Armanda. Informou que o seu prédio estava em obras há um ano, tendo estas começado em junho do ano anterior, mas encontravam-se paradas há quatro meses. A resposta que lhes davam era a de que não havia trabalhadores. Explicou que o prédio estava todo partido, que tinham sido colocadas as tubagens do gás e das comunicações, mas os buracos estavam apenas tapados com tábuas. Tratava-se de um prédio onde viviam muitas crianças e idosos, encontrando-se, por isso, extremamente perigoso — sem contar com a sujidade em que o prédio se encontrava, deixado naquele estado pela empresa responsável pela obra.

Acrescentou que já tinha falado várias vezes sobre o assunto e que, inclusive, tinham tido uma reunião de condomínio no dia 30 do mês anterior com a Dra. Sara, a Dra. Alexandra e o Dr. Bruno, onde foi solicitado que fosse feita a limpeza do prédio, mas, até à data, ainda não tinham obtido resposta. O que lhes diziam era que não havia pessoas para trabalhar. A obra continuava parada — umas vezes por falta de material, outras por falta de mão de obra — e os moradores estavam no limite. Disse que já não sabiam o que fazer e que ponderavam abrir um processo contra a Câmara Municipal, por falta de meios, pois tinham ido com "muita sede ao pote" e as coisas tinham ficado por fazer.

Exigiu uma resposta no prazo de dez dias, caso contrário, levaria a situação à comunicação social, na tentativa de encontrar uma solução. Enfatizou que era doente oncológica e que o estado em que o prédio se encontrava era um atentado à saúde pública.

Sr. Presidente – Agradeceu a deslocação da senhora Carla para expor as suas questões. Disse que, se ela quisesse recorrer à comunicação social, era um direito que lhe assistia.

Referiu que iria averiguar a situação, pois a senhora afirmava que o prédio estava em obras há um ano e sem fim à vista.

Sra. Carla – Afirmou que não tinha fim à vista porque não havia trabalhadores no local.

Sr. Presidente – Disse que iria informar-se sobre o que se passava. A informação de que dispunha era de que a empresa responsável pelas obras nos prédios da Bela Vista estava a operar há três anos na recuperação de habitações em Setúbal. Admitiu que pudesse haver falta de mão de obra, algo que era do conhecimento geral. Explicou que todas as empresas com as quais trabalhavam, em diversas obras em curso, enfrentavam o mesmo problema.

Sra. Carla – Considerou, então, que não deveriam ter iniciado uma obra sem capacidade de a continuar.

Sr. Presidente – Respondeu que era isso que iria averiguar. Referiu que havia escassez tanto de mão de obra quanto de empresas. Explicou que, naquela reunião, tinha levado quatro processos de obras a concurso público, os quais ficaram desertos por falta de concorrentes, obrigando à reabertura de novos concursos. Disse que essa era a realidade com que se deparavam, além da escassez de trabalhadores. Destacou que, mesmo quando os contratos eram celebrados, as empresas tinham prazos a cumprir e, caso não os respeitassem, eram aplicadas multas. No entanto, questionava-se se, perante uma empresa sem capacidade para avançar com a obra, seria viável aplicar multas, afastá-la e abrir novo concurso, pois não era garantido que surgisse outra empresa disponível. Era uma situação complexa.

Sra. Carla – Questionou, dado que a situação já se arrastava há algum tempo, por que razão nada tinha sido feito. Se havia possibilidade de aplicar multas e contratar nova empresa, então deveriam fazê-lo, pois caso contrário a obra nunca seria concluída. Afirmou que o prazo era até junho de 2026, e que o bairro estava em péssimas condições, com sujidade nas ruas e os prédios partidos. As obras começavam e não terminavam. Reforçou que não deveriam ter iniciado os trabalhos se não tinham capacidade para os executar.

Sr. Presidente – Disse que as obras estavam em curso e que, no dia seguinte, entregaria mais nove habitações. Comprometeu-se a verificar a situação exposta pela senhora Carla e a conversar com ela sobre o assunto. No entanto, frisou que estava apenas a descrever os desafios que enfrentavam atualmente. Assegurou que iria avaliar o caso concreto que lhe foi apresentado.

Sra. Carla – Referiu que estava em contacto semanal com a Dra. Sara e com o Dr. Bruno, mas que nada se resolvia. Criticou a ausência de ações concretas e relatou que, mesmo após uma reunião no dia 30, em que tinham sido informados de que as tubagens do gás seriam instaladas no dia 7 e o chão começado no dia 9, estavam agora no dia 16 e o prédio continuava abandonado, sem qualquer intervenção. Disse que ninguém aparecia para trabalhar e ninguém se importava com a situação. Acrescentou que a maioria dos moradores era proprietária, existiam apenas quatro casas municipais, e que todos tinham apresentado propostas, inclusive os proprietários. Questionou o porquê dessas propostas, se nem sequer estavam aprovadas, considerando isso um desrespeito para com os moradores, já que nada avançava.

Sr. Presidente – Reiterou que iria acompanhar a questão trazida pela senhora Carla.

Sra. Carla – Solicitou que fosse dada uma resposta no prazo de dez dias.

Sr. Presidente – Disse que no dia seguinte estaria no bairro e que provavelmente teria oportunidade de falar com a senhora.
Explicou que as candidaturas apresentadas pelos proprietários não dependiam da Câmara Municipal.

Sra. Carla – Afirmou que tinha conhecimento desse facto.

Sr. Presidente – Acrescentou que era para ficar claro. Explicou que, tal como tinha referido anteriormente, a propósito dos javalis muitas vezes eram atribuídas as responsabilidades todas à Câmara. Disse que as candidaturas eram aprovadas por iniciativa da Câmara Municipal junto de uma entidade do Estado, sendo esta a responsável pela aprovação das candidaturas dos proprietários. Embora o processo fosse tratado pela Câmara, a decisão cabia à entidade competente. Considerava importante que todos compreendessem como funcionava o processo.

Sra. Carla – Afirmou que sabia como as coisas funcionavam e que não falava sem conhecimento. Estava ali porque sabia bem do que falava.

Sr. Presidente – Disse que estava apenas a esclarecer melhor as pessoas.

Sra. Carla – Disse que estava suficientemente esclarecida sobre a situação, razão pela qual se encontrava ali.

Sr. Presidente – Agradeceu mais uma vez a presença da senhora Carla e afirmou que iria informar-se sobre o caso e que ele próprio a contactaria para tratar da situação relativa à obra no seu prédio.

Sra. Carla – Agradeceu e reforçou que a situação precisava de ser resolvida com urgência, solicitando ainda uma resposta por escrito.

Sr. Presidente – Disse que faria uma resposta por escrito.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

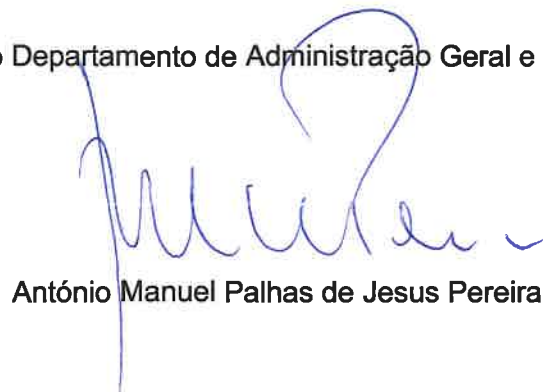
O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 13 de agosto de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 25 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Pereira